

Hoje assinala-se o Dia Mundial da Árvore

Medidas para erradicar plantas invasoras nas florestas dos Açores têm sido “ineficientes”

Estima-se que cerca de 50% das florestas naturais dos Açores esteja “contaminada” com a presença de “*Pittosporum undulatum*”, também conhecido por incenso, uma planta invasora que chegou aos Açores através da sua importação da Austrália, fazendo com que se coloque em causa a biodiversidade das espécies arbóreas endémicas do arquipélago.

Ocupando cerca de um terço do território terrestre da Região Autónoma dos Açores, a floresta açoriana é vista por investigadores e entendidos como “um elemento marcante, estruturante e com uma importância económica considerável”, no entanto, algumas das espécies arbóreas endémicas vêem a sua existência ameaçada por plantas invasoras como é o caso do incenso (*Pittosporum undulatum*), que ocupa cerca de 50% da área florestal dos Açores.

Assim, e apesar da importância que esta planta invasora tem nos Açores, na produção do mel de incenso, por exemplo, é também uma das causas reconhecidas pelos especialistas pela diminuição do número de espécies endémicas como a “*Juniperus brevifolia*”; “*Ilex perado azorica*”, “*Laurus azorica*” e “*Morella Faya*”, conforme adianta Lurdes Silva, uma vez que a propagação desta planta invasora fez com que “muita área composta por plantas endémicas e nativas foram devastadas pela invasão”.

Neste sentido, de acordo com a investigadora assistente da Universidade dos Açores, especialista em plantas invasoras, a presença de incenso nas florestas açorianas reflecte alguns perigos “principalmente em termos de biodiversidade, uma vez que temos uma floresta que é dominada em 50% da sua extensão só por uma espécie (incenso) e que podemos vir a ter uma perda a nível de biodiversidade considerável”, tendo em conta que no arquipélago existem “muitas espécies que são raras e que existem apenas nas nossas ilhas que estão em risco de extinção”.

O problema em causa começou depois do povoamento das ilhas açorianas, que até aí continham “uma amostra florestal essencialmente constituída por plantas nativas endémicas”, mas que através da importação de plantas exóticas que se tornaram invasoras “acabou por desestabilizar os ecossistemas onde estas foram inseridas”, explica Lurdes Silva.

Apesar de em 2009 ter sido criado o Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasora em Áreas sensíveis, “um instrumento que teve como objectivo a melhoria do estado de conservação das espécies e habitats dos Açores, com influência directa na recuperação da paisagem açoriana e onde foram investidos um milhão e meio de euros, o plano não foi eficaz porque gestão deve ser activa e contínua”, explica a investigadora assistente, salientando que independentemente dos novos projectos elaborados neste sentido entre a Universidade dos Açores e outras entidades públicas, “o que tem sido feito até agora não tem sido suficiente porque não temos visto resultados práticos”, indica.

A par disso, existe ainda “falta de recursos humanos e falta de qualificação nos profissionais da área”, afirma a investigadora, salien-



Lurdes Silva é investigadora assistente na Universidade dos Açores

tando que é comum observar-se que nas limpezas efectuadas na via pública existem vários erros cometidos: “Por várias vezes observamos que quando são feitas limpezas nas bermas e taludes das estradas quem faz o corte das ervas acaba por cortar tudo, incluindo hortências e plantas endémicas, mas isto muito por falta de conhecimentos técnicos destas pessoas”.

Há ainda um desconhecimento da população em geral, que tem dificuldade em encarar uma planta invasora como aquilo que ela é, afirmando que “uma espécie invasora tem que ser encarada como se fosse um “cancro”, por isso tem que ser vigiada e monitorizada continuamente”, cancro este que poderia ser evitado também se “as pessoas tivessem conhecimento de que introduzir uma planta num ecossistema pode fazer com que outra que seja muito rara desapareça”.

Os sinais de alerta existem, afirma Lurdes Silva, e são visíveis também pela quantidade de florestas naturais que existem nos Açores, onde São Miguel se destaca pela negativa. “São Miguel é uma das ilhas que está em pior estado, se estivermos a falar de florestas naturais, por exemplo, em São Miguel temos focos pontuais na zona da Tronqueira, na zona da Lagoa do Fogo e pouco mais. No entanto, podemos encontrar áreas mais extensas de floresta natural na ilha Terceira, Serra de Santa Bárbara e também no Pico, onde há muita floresta natural, mas nas outras ilhas podemos dizer que a floresta é muito residual”.

Também por conta deste desconhecimento a investigadora assistente afirma que há ainda muito a fazer pelas florestas dos Açores, uma vez que os projectos que existem “não são suficientes” e, embora a Universidade dos Açores esteja a terminar um projecto ligado à economia, o Forest-Eco2, “ainda há falta de investimento em projectos na área das florestas. As florestas estão a ser postas de lado em detrimento de outras áreas”, afirma.

No que diz respeito às conclusões do estudo Forest-Eco2, cujo objectivo passa por “quantificar ecologicamente e economicamente o valor da floresta açoriana e inserir medidas que valorizem os recursos florestais de forma sustentável”, a investigadora assistente da Universidade dos Açores afirma que é nas florestas naturais que podemos encontrar reservatórios de biodiversidade, sendo que as florestas de produção são importantes reservatórios de carbono.

Para além destas medidas de controlo de espécies invasoras nas florestas naturais dos Açores, outra das formas de aumentar a área florestal dos Açores poderia passar por devolver às florestas algumas das áreas que lhe foram retiradas no passado com o propósito de serem desflorestadas e transformadas em pastagens para o gado, embora com planos de reconversão, gestão e monitorização.

Conforme explica Lurdes Silva, “é uma realidade que existem áreas que foram “roubadas” às florestas para se tornarem em pas-

tagens e que poderiam ser transformadas de novo em florestas, mas para isso temos que perceber se aquela pastagem será viável para a reflorestação de espécies arbóreas”, salientando que existem “muitas zonas em que nós temos constatado que existem algumas plantações em zona de pastagem que não são apropriadas para a plantação de espécies de árvores”.

De acordo com a explicação da especialista em plantas endémicas e invasoras, isto acontecerá porque a utilização dos terrenos para pastagens tem influências directas na fertilidade dos solos, o que poderá afectar também o desenvolvimento de espécies endémicas, já que estas “são muito mais sensíveis às questões do solo e às questões climáticas e ambientais”, adianta.

No entanto, a investigadora concorda que “certas áreas que são agora aproveitadas para pastagens sejam convertidas novamente em florestas mas sempre com base em estudos e planos de reconversão, gestão e monitorização”, afirmando que para além de ser necessário conferir se “o solo é adequado”, há que ter também em conta “se as condições que estão subjacentes àquele ecossistema são favoráveis ao crescimento de determinadas espécies”, sem esquecer também que cada ilha tem realidades diferentes e que poderão justificar, ou não, esta reconversão.